



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

A TEORIA DA DELIMITAÇÃO DOS SISTEMAS SOCIAIS (TDSS) COMO FUNDAMENTO
TEÓRICO DE DEBATE PARA UM NOVO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO: AVANÇOS
TEÓRICOS, EXPERIÊNCIAS E O CASO DO CURSO DE EXTENSÃO
PROESDE/DESENVOLVIMENTO FURB

Adriana Dias Pasco (FURB - Universidade Regional de Blumenau) - adridiasp@gmail.com
Mestre e doutoranda em Desenvolvimento Regional pela FURB.

Oklinger Mantovaneli Júnior (FURB - Universidade Regional de Blumenau) - oklinger@furb.br
*Doutor em Sociologia pela UNESP (2001), com pós-doutorado em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC.
Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FURB.*

A Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais (TDSS) como fundamento teórico de debate para um novo paradigma de desenvolvimento

Avanços teóricos, experiências e o caso do curso de extensão
PROESDE/Desenvolvimento FURB

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1960, Ramos (1989) prenunciava limites ao modelo de modernização vigente. Sua exacerbação mimética e o primado da racionalidade instrumental hipertrofiada, no mercado e nas disfuncionalidades administrativas, desencadeariam patologias socioambientais que, sistematicamente desconsideradas tornar-se-iam irreversíveis, caso o paradigma de desenvolvimento moderno não fosse repensado.

Não por acaso está em curso uma crise civilizatória planetária (VIEIRA, 1998) “de valores, de conceitos e de projetos, da qual a crise socioambiental é uma das maiores expressões. O paradigma atual gerou uma série de problemas os quais não é capaz de resolver.” (FERNANDES e SAMPAIO, 2017, p. 154).

Contudo há também um movimento de problematização deste paradigma hegemônico que ganha concretude por meio do debate sobre a sustentabilidade do desenvolvimento. Visto por este prisma, ganha *status* de estratégia pela capacidade de criação de consensos mínimos em nível mundial, dos quais as últimas expressões são as agendas Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Embora o modelo de desenvolvimento sustentável sugira de um futuro em disputa, inspirado por um presente em crise mas que favorece interesses poderosos, neste reside a esperança de uma guinada no reconhecimento do valor de dimensões contraditoriamente consideradas. Quais sejam e com efeito aqui, as dimensões ambiental e social. Redcliff e Guerra (2002) analisam justamente tal movimento a partir de sua insuficiência. Contudo, não se pode negar a capacidade que a estratégia do desenvolvimento sustentável desenvolveu nos últimos anos, em termos de avanços nos processos de governança territorial, insumo fundamental ao seu fortalecimento e institucionalização.

Tem-se, então, o desenvolvimento sustentável como uma estratégia de reversão dos problemas causados pelo paradigma economicista que durante muitos anos confundiu progresso e crescimento econômico com desenvolvimento (FURTADO, 1980). E neste sentido, as teorias de Alberto Guerreiro Ramos, notadamente a Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais (TDSS) fornece um importante suporte teórico-epistemológico para a estratégia normativa de desenvolvimento sustentável. De modo que o que se pretende com o presente trabalho é explorar elementos de uma aproximação da TDSS com experiências vinculadas a modelos de desenvolvimento onde os aspectos valorativos se convertam em uma abordagem multidimensional dos processos. A título de exploração empírica, pretende-se apresentar algumas linhas gerais da experiência do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento

Sustentável - PROESDE/Desenvolvimento FURB enquanto exercício tutorial para a formação multidimensional de agentes de desenvolvimento regional, e neste aspecto, convergente com a TDSS.

METODOLOGIA

O presente artigo integra parcialmente a tese de título provisório Desenvolvimento sustentável como possibilidade objetiva: contribuições do PROESDE/Desenvolvimento FURB, e tem caráter exploratório.

Neste sentido, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico orientado pela compreensão da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais (TDSS) do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, onde os resultados são apresentados a partir da biografia do próprio autor, relacionada ao contexto histórico-social brasileiro e mundial durante sua trajetória profissional e intelectual. A opção por este formato de apresentação se deu no intuito de melhor compreender a proposição da TDSS, uma vez que os elementos históricos estão fundamentalmente relacionados às ideias que o sociólogo apresenta.

Posteriormente, foi realizado um levantamento bibliográfico em três bases de dados conectadas ao Portal de Periódicos CAPES, logado via Comunidade Acadêmica Federada – CAFE, o que permite o acesso remoto a todo o conteúdo assinado pelo Portal e não apenas documentos de acesso aberto. As bases de dados consultadas foram *Scopus*, EBSCO e *Web of Science*, onde foram inseridas as expressões de busca “delimitação dos sistemas sociais”, “paradigma paraeconômico” e “paraeconomia” e seus equivalentes no idioma inglês, não sendo delimitado o período temporal. A busca retornou o total de nove documentos que foram analisados e são aqui apresentados.

Finalmente, uma breve descrição do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE), encampado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FURB, nominado PROESDE/Desenvolvimento FURB, no período de 2009 a 2019. A descrição é fruto de um esforço de pesquisa-ação dos autores e da análise documental relativa ao período descrito.

BIOGRAFIA DO AUTOR E CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DE CRIAÇÃO DA TDSS

Neto de avós escravizados e filho de pai militar, Alberto Guerreiro Ramos nasceu em 1915, em Santo Amaro da Purificação, região do Recôncavo Baiano (FGV, 2020). A abolição da escravidão tinha se dado 27 anos antes, com sucessivas políticas de incentivo à imigração europeia. A Bahia vivia a transição de uma economia fundada no ciclo do açúcar para a ascensão do cacau. Em nível mundial, dois anos após seu nascimento, eclodia a Primeira Guerra Mundial. Passou a juventude em Salvador, onde já despontava como intelectual escrevendo artigos e poesias, com destaque para a publicação de dois livros nessa época: *O drama de ser dois* (1937) e *O problema do humanismo* (1938). Gradou-se em Ciências Sociais em 1942 e em Direito em 1943, ambos na Faculdade Nacional de Filosofia de Salvador (FNF).

Já em 1943 distancia-se da poesia começa a trabalhar em órgãos do governo federal como o Departamento Nacional da Criança (DNC) e posteriormente o Departamento Administrativo do Setor Público (DASP). Trabalha como interino no serviço público durante seis anos e, em 1949, apresenta sua tese postulando uma vaga para o quadro permanente de servidores – “Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho (ensaio de sociologia do conhecimento)”. Paralelamente, inicia sua militância no Teatro Experimental do Negro (TEN).

Sobre o serviço público burocrático, afirmou que inicialmente o fez por necessidade material, mas Martins (2012) defende que é justamente o período em que Guerreiro Ramos se desloca da “sociologia enlatada” para a “sociologia em mangas de camisa”. Tais analogias significavam: a primeira uma sociologia pouco autêntica, a conservação de sociologias estrangeiras; e a segunda, uma sociologia autêntica e incrustrada nos contextos socioespaciais onde era criada.

É a partir do serviço público que elabora suas primeiras reflexões sobre administração e teoria das organizações. Tenório (2012, p. 448 - 449) salienta que é nessa fase que Guerreiro Ramos inicia os “intentos de demonstrar a necessidade de o sociólogo atuar de forma engajada com os destinos do país” e que “deseja contribuir para que o país saísse, à época em que escrevia, daquela dependência que por pouco não se tornou ‘natural’, não fosse o papel do governo Getúlio Vargas (em que pese o autoritarismo de suas ações políticas)”.

Já a partir de 1952, além do cargo que exerce no serviço público federal, Guerreiro Ramos leciona na FGV, onde participa da formação do Grupo de Itatiaia, de onde deriva O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). A fase “isebiana” é a primeira e uma das mais férteis para o intelectual em termos de suas publicações, pois é quando ultrapassa a fase de relator de ideias de outros intelectuais, escreve artigos para a Revista de Saúde Pública (RSP) destinada à funcionários públicos, participa das publicações dos Cadernos do Nosso Tempo (que chegava até as regiões mais remotas do Brasil) e publica duas de suas obras mais importantes: Introdução crítica à sociologia brasileira, em 1957, e A redução sociológica, em 1958 (MARTINS, 2012 e TENÓRIO, 2012).

No que tange à inspiração declarada para o método da redução sociológica, esta teria surgido anos antes da publicação da obra, a partir da coordenação de um estudo sobre padrões de alimentação no Brasil por parte de Guerreiro Ramos, no ano de 1952, no âmbito da Pesquisa Nacional de Padrão de Vida. Neste trabalho, Guerreiro Ramos observou que havia um método padronizado pela antiga Sociedade das Nações (originária da ONU) e que comumente era aplicado em uma variada gama de países com condições socioeconômicas e culturais muito distintas. Ao realizar a análise dos dados coletados, verificou que a metodologia indicada não era aplicável à realidade brasileira e precisaria de uma considerável adaptação para que os resultados da pesquisa estivessem de acordo com a realidade, para que as proposições de políticas públicas decorrentes, de fato, pudessem solucionar os problemas encontrados (RAMOS, 1996). Este é o ponto onde inicia um esforço ainda mais sistemático em defesa de uma ciência social comprometida com as realidades nacionais e que não teria um valor universal único, justamente no sentido de que seria sempre necessário uma depuração dos trabalhos internacionais para verificar a adequação de suas teorias e metodologias às realidades locais - o

que não significaria invalidar de todo a universalidade da ciência, mas compreender que a lógica que opera as ciências naturais não pode ser pura e simplesmente transposta para as ciências sociais.

Azevêdo (2006b) identifica traços de práxis ou, em outras palavras, do necessário acordo entre pensamento e ação desde os trabalhos iniciais de Guerreiro Ramos. Assim é que, desde os poemas escritos no início de sua biografia, verifica-se a preocupação com uma arte engajada, passando nas obras seguintes pelas distinções ao que chamava de intelectual *livresco versus* intelectual verdadeiro e; culminando na sociologia em ato *versus* sociologia em hábito – esta última que deveria primar pelo conceito de hábito proveniente de Aristóteles e Jacques Maritain, que sinalizam virtudes estáveis e permanentes de caráter. Assim,

Ora, a sociologia, tal como a entendia o sociólogo baiano, não era ofício de diletantes de gabinete; mas, pelo contrário, tratava-se de uma disciplina que historicamente vinha sendo elaborada por intelectuais que se propuseram a teorizar a práxis a partir da própria práxis, não sendo, portanto, uma área do saber originária de bancos escolares. Na verdade, a sociologia, nos moldes como à época estava sendo operacionalizada, ou seja, como uma ciência sistemático-formal, era, para o autor aqui estudado, um desvirtuamento de processo histórico de construção do saber para o qual contribuíram homens de ação, homens que, preocupados em responder aos problemas de suas realidades imediatas, elaboraram um conhecimento criativo, singular, autêntico e interferente. (AZEVEDO, 2006b).

Fato é que a trajetória profissional e intelectual de Guerreiro Ramos guarda grande significado de importância para o que ele defendeu nas ciências sociais. Ele próprio afirma sustentar suas proposições elaboradas com base na “experiência” e não em algum “culto *livresco*” (RAMOS, 1996, p. 18).

Era conhecido como “sociólogo em mangas de camisa”. O conjunto de sua obra, ou pelo menos as intuições iniciais que foram sendo aprofundadas ao longo de sua carreira, foram em grande parte concebidas sem uma vinculação institucional acadêmica. Portanto, foram frutos de seus esforços de pesquisa paralelamente às funções que exercia em órgãos da administração pública, além de outras experiências como aquela fundamental que se refere ao Teatro Experimental do Negro (TEN), em que encontrou em Abdias Nascimento grande inspiração para entender os problemas brasileiros relacionados à constituição étnica do país. Tal trajetória está de acordo com sua defesa, na *Redução Sociológica*, de que a construção do conhecimento sociológico deve ser um processo prático e voltado para os problemas sociais do próprio contexto – eis a forma de aquisição da consciência crítica. Foi assim que defendeu que a atuação dos órgãos públicos deveria ser pautada na ciência, ao passo que a construção da ciência social só faria sentido se engajada na solução dos problemas nacionais (FILGUEIRAS, 2012).

O mundo vivia a Guerra Fria e o Brasil vivia uma movimentação política extrema quando, no início da década de 1960, Guerreiro Ramos decide experimentar a vida político-partidária. Assim, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e tornou-se Deputado Federal pela Guanabara em 1963. Esta

atuação resulta em três obras de relevo: *O problema nacional do Brasil* (1960), *A crise do poder no Brasil* (1961) e *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (1963) (AZEVEDO, 2006a).

O cargo político foi exercido no período de agosto de 1963 a abril de 1964, quando seu mandato foi cassado pelo Ato Institucional n. 1 do Governo Militar. A partir de então Guerreiro Ramos passou a viver recluso, com a proteção de amigos e “trancafiado em uma pequena sala na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, onde lecionaria a jovens estudantes, muitos dos quais vieram a se tornar discípulos seus, e se dedicaria à escrita de um dos mais vastos compêndios sobre administração pública” (AZEVEDO, 2006a). Trata-se do livro intitulado *Administração e Contexto Brasileiro*, de 1966.

Já vivenciando a realidade acadêmica e científica dos Estados Unidos desde seu exílio, em 1966, mas sem abandonar a coerência que lhe acompanharia nos enfoques dados aos seus estudos, Guerreiro Ramos lançou a obra *A Nova Ciência das Organizações – uma reconceituação da riqueza das nações*, publicada em 1983, justamente onde se pode encontrar a TDSS.

Um exercício de síntese da trajetória intelectual e biográfica de Guerreiro Ramos indica que há um encadeamento cronológico em praticamente toda sua atuação profissional e intelectual, no sentido da defesa de uma ciência social comprometida e aplicada, circunscrita em um determinado período histórico e, geograficamente localizada.

TDSS E A CONSTRUÇÃO DE POSSIBILIDADES OBJETIVAS

A propositura de uma nova ciência das organizações de Ramos (1989) é elaborada com base em uma série de críticas elencadas pelo autor ao longo de mais de trinta anos de atuação como intelectual “em mangas de camisa”. Da trajetória profissional de Guerreiro Ramos é possível extrair a primeira crítica a qual ele pretende combater, a saber, um certo isolamento da produção de conhecimento dos elementos reais da sociedade. Guerreiro Ramos foi considerado um intelectual “em mangas de camisa” justamente porque sua trajetória foi em grande medida percorrida fora da academia e das universidades, mas sempre conectada de alguma forma aos estudos e ações sociais dentro da esfera pública no Brasil.

Essa experiência fez com que o autor observasse que o cientificismo acadêmico admite não raramente um padrão de mimetismo e replicação de teorias estrangeiras, cuja transposição para a realidade brasileira era inócua em termos de benefícios para a sociedade. Daí também decorre a segunda crítica, qual seja, a de um padrão colonialista dos países periféricos no planejamento do desenvolvimento, que aprisiona os países em um esquema de perseguição de arquétipos e pré-requisitos novamente desconectados com a realidade social local. Mas mais do que isso, mantendo a condição de subdesenvolvimento desses países. É sob essa crítica que seria apresentado o primeiro grande esforço de sistematização de uma nova ciência social - a *Redução Sociológica* como método de depuração das teorias e experiências estrangeiras, de modo a se aproveitar somente aquilo que faz sentido e pode promover um “bom” desenvolvimento em cada nação.

Uma terceira crítica é sobre a ausência de uma compreensão global das fases a partir dos elementos de tempo e espaço, no campo das ciências sociais. Ramos (1996) afirma que um determinado período histórico é composto por uma série de eventos de relações causais que formam uma categoria lógica formulada por análises posteriores. Neste sentido, e já engatada a uma quarta crítica, Ramos (1989) observa que a sociedade já foi regida por uma racionalidade mais solidária do que a instrumental. Esta última somente teria passado a reger a sociedade a partir do Iluminismo, aprofundada pela Revoluções Industriais posteriores. A racionalidade instrumental foi e é necessária até os dias atuais. Contudo, o desenvolvimento capitalista e tecnológico já chegou a uma fase em que é possível que toda a população mundial saia de condições medievais de subsistência. Não é plausível, portanto, que permaneça a tônica de uma racionalidade desprovida de valores para todo o espectro da vida humana individual e associada.

A quarta crítica seria, então, o que o autor denomina de transavaliação da razão, ou seja, um processo de unidimensionalização da razão, como se somente pudesse ser racional a ação vinculada a um tipo de cálculo utilitário de ganhos. No espectro da transavaliação da razão, é possível identificar dois elementos de expressão com o auxílio da psicologia social, a saber: a Síndrome Comportamentalista e a Política Cognitiva, que pode estar vinculadas à uma colocação desapropriada de conceitos.

A Síndrome Comportamentalista é uma espécie de conduta mecanomórfica orientada por balizadores externos ao indivíduo, com o intuito de geração de uma ordem social pautada em critérios economicistas, ao qual Ramos (1989) denomina comportamento. Nela, há a fluidez da individualidade; o perspectivismo que condiciona o ser humano a se comportar de forma diferente em cada ambiente que frequenta, e sempre baseado em um cálculo utilitário de ganhos individuais; o formalismo como uma característica de hiper-correção, onde o indivíduo toma as regras como imutáveis e destitui-se de padrões éticos substantivos de avaliação e; o operacionalismo positivista, em que somente é dado relevância, principalmente na ciência, àquilo que se pode reduzir a números.

Já a Política Cognitiva opera no uso de uma linguagem que distorce os sentidos do que comunica, como forma de cooptar indivíduos para os interesses de quem realiza tal distorção. Neste sentido, o que se observa também é a ação transplantar termos de uma para outra área do conhecimento, como por exemplo o uso do termo “sanidade organizacional”. Isto porque, para Ramos (1989), não é possível falar de sanidade senão se referindo a pessoas.

Uma última crítica deu conta dos limites ecológicos do modelo de desenvolvimento economicista e baseado no consumo desenfreado que a sociedade, principalmente americana, vivenciava nos idos das décadas de 1960/1970. As discussões que desencadearam a estratégia mundial posterior do desenvolvimento sustentável já estavam em curso e Guerreiro Ramos fez poucas referências a autores que estavam abordando a questão na academia. Mas desde logo observou que suas proposições teriam a preocupação com os desafios ecológicos que se agravariam ao longo dos próximos anos, caso o modelo de desenvolvimento permanecesse inalterado.

Mas Guerreiro Ramos não se contentou apenas em apontar críticas, sobretudo, à um paradigma de sociedade centrado no mercado. Mais do que isso, ao passo que se envolvia em experiências de desenvolvimento vinculadas à esfera pública, tanto na burocracia como no fazer político, realizava reflexões que se revertiam em novas proposições. Assim, defendeu que uma nova ciência deveria se ocupar não apenas de análises *ex post facto* que determinariam um arcabouço de premissas consideradas posteriormente a priori, para novos estudos e para o avanço científico. Uma nova ciência, na concepção do autor, estaria profundamente conectada aos processos sociais dinâmicos, de modo que qualquer “vir a ser” somente seria possível por uma construção pactuada baseada em tentativas, análises, erros e novas tentativas. Ou seja, em um processo de análise simultâneo ao curso das experiências, e com o comprometimento do pesquisador – algo como a concepção de *práxis*.

Neste sentido, aqui se classificam as contribuições da TDSS em dois sentidos, que não esgotam outras possibilidades. O primeiro se refere ao embasamento das ações individuais e coletivas em um espectro de admisão da multidimensionalidade da sociedade. E o segundo se refere à uma estratégia de tipo ideal weberiano¹, que precisaria ser complementada e corrigida concomitantemente às experiências orientadas por tal estratégia – a denominada possibilidade objetiva.

No campo do embasamento das ações individuais e coletivas, está a defesa da formação de uma consciência crítica, a readmissão da racionalidade substantiva como balizadora de ações (em contraposição a comportamentos) em complementaridade à atitude parentética. A formação da consciência crítica seria a possibilidade dos indivíduos, após superada a condição de existência puramente biológica, acessarem e assimilarem as informações que os cercam de forma crítica e questionadora. É também o pleno exercício político, que pode ser exercido tanto pela educação formal como pela participação em grupos de trabalho coletivos com causas compartilhadas. Portanto, a aquisição da consciência crítica deve ser abordada tanto no sistema educacional como na realidade coletiva. Não é, contudo, a despeito de críticas infundadas aos trabalhos de educadores como Paulo Freire, uma educação distanciada da ciência. Ao contrário disso, para Ramos (1996) e Freire (1967), a consciência crítica teria que ser alcançada pelo acesso a informações e às condições de decodificação e assimilação dessas informações, o que demanda um certo repertório de conteúdos.

¹ Os tipos ideais weberianos são uma metodologia proposta por Max Weber que nasce de algumas críticas ao padrão de estudo das ciências políticas, dentre as quais se pode destacar a constatação de que as ciências sociais estavam demasiadamente preocupadas em compreender os fenômenos sociais como se deram (ou são) e não como deveriam (ou poderiam) ser. Na concepção dos tipos ideais, o passado é visto a partir de determinados pressupostos capazes de determinar relações causais que resultaram nos fenômenos ocorridos, e não como uma mera reprodução do passado. É fácil imaginar que uma simplificada linha do tempo que nomeia fatos sequenciais pouco informa das condições e decisões que foram tomadas para que a história seguisse o curso que a trouxe aos dias atuais. Mas aqui há uma armadilha, conquanto se deva considerar, na mesma medida do alargamento das possibilidades de análise dos fatos sociais contextualizados, que o observador carrega um arcabouço cultural e de racionalidade do próprio tempo que habita. Tal arcabouço implica nas análises e conjecturas que o observador é capaz de fazer. Finalmente, o tipo ideal weberiano possibilita elucidar esse componente de “racionalidade correta” do intérprete do fenômeno ou da ação, diferenciá-lo dos fatos reais ocorridos ou em curso e, com sugerir novas possibilidades de ação (RINGER, 2004).

Já a readmissão de uma racionalidade substantiva seria o reconhecimento de que a humanidade se desenvolveu ao longo de muitos anos a partir de uma racionalidade muito mais valorativa do que instrumental, que Ramos (1989) denomina racionalidade substantiva. A racionalidade instrumental foi, portanto, um agregado episódico que somente passou a fazer sentido na sociedade moderna, onde o cálculo utilitário de ganhos individualistas passou a marcar a tônica do desenvolvimento. É algo muito mais recente do que ao senso comum cabe conceber. E por isso mesmo necessita uma compreensão crítica da realidade. A racionalidade substantiva balizaria outros tipos de organizações que não as econômicas. Estas últimas continuariam sendo orientadas pela racionalidade instrumental e admitidas como necessárias na sociedade. Contudo, limitadas a um enclave específico.

A adoção da racionalidade substantiva, por sua vez, somente pode se dar como consequência da chamada atitude parentética que é dependente da consciência crítica. A atitude parentética é a capacidade de observar os fenômenos sociais “entre parênteses”, de modo a realizar um exercício de questionamento das regras e normas postas e até mesmo aceitas como universais, sobretudo aquelas conduzidas com base na racionalidade instrumental. Seria também uma forma de contraposição à Síndrome Comportamentalista e uma forma de proteção contra a Política Cognitiva e a colocação inapropriada de conceitos. Com a atitude parentética, os indivíduos seriam capazes de agir e não somente de se comportar.

No campo das estratégias, está o método da redução sociológica, o paradigma paraeconômico e seu sistema de requisitos adequados e realocação apropriada de recursos, bem como a noção de possibilidades objetivas. A redução sociológica é o antídoto ao padrão de mimetismo teórico e prático das sociedades periféricas. Incapazes que se percebem de construir suas próprias trajetórias de desenvolvimento, importam e internalizam acriticamente teorias e experiências estrangeiras. A redução sociológica, ao contrário, é um método que permite a depuração do que é útil e cabível dentro da literatura estrangeira e do que cabe refutar, adaptar ou reconstruir. Seria, em última análise, o exercício de construção de epistemologias próprias sem desconsiderar o que há de realmente universal nos enunciados científicos. Sua validade estaria vinculada às ciências sociais pelas suas características mesmas de diferenciação em relação às ciências naturais.

O paradigma paraeconômico é a representação da sociedade multidimensional (ou multicêntrica). É um constructo heurístico e baseado nos tipos ideais weberianos, que separa em enclaves específicos os diferentes tipos de organizações que precisariam existir em um mesmo nível de importância em relação às organizações de mercado. Os enclaves desejados são, portanto, a economia, a fenonomia e a isonomia. Outros enclaves impróprios existem também nesta representação, mas eles ocupam um espaço de menor importância e não são desejáveis.

Assim, às economias caberia a racionalidade instrumental e as organizações de mercado; às isonomias e fenomenias, cuja principal diferenciação é o tamanho – as primeiras maiores e as segundas menores a ponto de poder se constituir de apenas um membro - caberia a racionalidade substantiva e organizações dos mais variados tipos, desde associações de moradores e cooperativas até grupos de voluntários. É nas isonomias e nas

fenomias que o ser humano estaria liberado de altas obrigações e enquadramentos sociais, de modo que possam livremente exercer sua autoatualização pessoal, o que contribuiria para sociedades psicológica, ecológica e socialmente mais justas e equilibradas. Para tanto, nesses espaços, o lucro não seria o objetivo, mas sim ocorreria de forma incidental.

A cada um dos enclaves incide também um conjunto de requisitos adequados, quais sejam, de tecnologia, tamanho, espaço, tempo e cognição. A tecnologia tanto nas economias como nas fenomias e isonomias seria ferramenta e não ponto de partida. O tamanho é variável, não há consenso, mas o que se observa é que economias admitem grandes tamanhos organizacionais, enquanto as demais são menores e, inclusive, conforme aumentam seu tamanho tendem a instrumentalizar-se. E com intensa normatividade perdem os objetivos iniciais de autoatualização e atuação política. O espaço é tanto mais funcional quanto a organização é econômica, e tanto mais orgânico quanto a organização se apresenta como uma fenomia ou uma isonomia. O tempo é apresentado com uma variação de abordagens e é serial/cronológico e sob a lógica produtivista taylorista na medida em que a organização está inserida no enclave econômico. Tempos conviviais desprovidos de obrigações instrumentais estariam mais adequados aos enclaves das fenomias e isonomias. Os tempos conviviais seriam também complementados por tempos de salto, que são intensos momentos de criatividade e desprendimento de coações sociais.

Mas o paradigma paraeconômico somente se sustenta por uma alocação adequada de recursos. Neste quesito, Ramos (1989) faz menção às políticas públicas e ao papel do Estado na reorientação dos recursos para garantir a existência de uma sociedade multidimensional. Mas faz igualmente menção ao poder de escolha individual e coletiva, no sentido de que indivíduos e organizações do enclave econômico podem fomentar e participar de experiências distantes da lógica do mercado ou da tutela do Estado, pela via do voluntariado, por exemplo. Há, ainda, a menção da admissão de atividades como as de cuidado doméstico no cálculo econômico da sociedade.

Mas Ramos (2009) argumenta que para tanto, haverá de existir um exercício de construção de possibilidades objetivas. O termo não é uma invenção do autor, mas de origem weberiana e guarda significativa relação com os ideais de inédito viável (FREIRE, 2014) e utopia concreta (BLOCH apud MATOS, 2018). A ideia central das possibilidades objetivas é a de que é possível compreender o desenvolvimento de forma imbrincada na realidade social dos diferentes países, e com isso construir caminhos alternativos de mudanças, que podem, e provavelmente irão, diferir de modelos aceitos como tradicionais de desenvolvimento ou de experiências estrangeiras. É um caminho onde concomitantemente a uma compreensão profunda das realidades sociais onde os pesquisadores estão inseridos e/ou analisam, processos de transformação possam ser encarados e experimentados.

TDSS: ENTRE A REPLICAÇÃO E AVANÇOS

A TDSS foi apresentada em 1983, e o próprio autor da proposta reconhece que é uma proposição incipiente e que novas experimentações precisarão ser testadas para o seu aprimoramento. Neste sentido, optou-se por

realizar uma pesquisa que pudesse compreender se, e quais, foram as aplicações da teoria e os avanços alcançados.

Foram analisados nove artigos. Destes, cinco realizam contribuições exclusivamente teóricas, seja como forma de reacender ou manter a discussão acerca da TDSS no ambiente acadêmico, seja como forma de análise comparativa com outras vertentes teóricas de ideias similares ou complementares.

Assim, França Filho (2010) faz um paralelo entre o paradigma paraeconômico e os pressupostos de economia plural de Karl Polanyi e da economia solidária, compreendendo porém, que padrões alternativos de consideração e alocação de recursos no bojo de uma economia de conceito mais esgarçado, somente serão possíveis quando o sistema de mercado for destituído do posto hierárquico mais alto no sistema de crenças sociais.

Ventriss, Candler e Salm (2010) complementam essa visão, afirmando que a razão principal pela qual os estudos e proposições de Guerreiro Ramos não encontraram um eco na academia, na mesma medida de sua importância, é pelo que denominam paroquialismo epistêmico global das ciências sociais. O paroquialismo epistêmico global está incrustado no sistema científico mundial e privilegia publicações originadas de autores americanos e europeus. Mas não somente isso, este elemento privilegia também uma epistemologia tradicional que frequentemente está referida ou à mão invisível do mercado de Adam Smith, ou à mão excessivamente visível do Estado de Lênin. A saída, porém, segundo os autores, é dada pela própria teoria de Guerreiro Ramos em sua totalidade, uma vez que há um universo de possibilidades entre as duas epistemologias ou até mesmo para além delas. E neste sentido, as proposições do sociólogo são, para os autores, ainda atuais.

Salgado e Abad (2015) também trazem uma importante contribuição neste sentido. Ao apresentarem uma matriz do discurso das pesquisas organizacionais entre extremos de consenso/dissenso e de emergente/elite, situam a TDSS nos quadrantes correspondentes ao dissenso em relação ao discurso social dominante, e emergente em relação à origem dos conceitos e problemas. Os autores ainda afirmam que, principalmente no campo da Administração, a corrente de consenso detém grande hegemonia, e que a ascensão das teorias de Guerreiro Ramos a um espectro mais amplo de divulgação científica neste campo, poderia se dar pela via da chamada metodologia utópica de pesquisa, que é conectada à redução sociológica e cuja abordagem é interdisciplinar e compreende o mercado como sendo de importância subsidiária.

Há, ainda duas outras publicações com contribuições exclusivamente teóricas que, no entanto, não guardam relação direta com as demais e nem uma com a outra. Souza e Carrieri (2012) propõe a abordagem de pesquisa nas organizações a partir da análise do discurso, de forma que identidades individuais e coletivas possam ser desvendadas e, com isso, possa-se identificar quais organizações abrigam a racionalidade instrumental e quais abrigam a racionalidade substantiva. Tal abordagem seria útil para o enquadramento de organizações pesquisadas nos enclaves das TDSS. E Parada e Dellagnelo (2016) fazem um paralelo entre as propostas de requisitos adequados da TDSS e outros autores, de forma a complementar possíveis análises. Contudo,

informam a exclusão do requisito de cognição, por entenderem que seria necessário um estudo específico pela complexidade do tema.

Quatro outras publicações trazem estudos de caso, além de apanhados teóricos da TDSS. Camara, Goulart, Reinher (2010) analisam o movimento Hip Hop na cidade de Porto Alegre / Rio Grande do Sul como um movimento que é organizado em torno de pautas de exclusão social, sendo que sua inserção no enclave econômico ocorre de forma incidental – algo típico de fenomenias. Os autores argumentam que a atuação do movimento possibilita a educação política e disseminação cultural, sendo que a união das pessoas que o integram possibilita acessos que isoladamente não teriam. Há o entendimento também que, apesar do Hip Hop ser originado nos Estados Unidos, a construção do movimento em Porto Alegre é profundamente conectada com as realidades locais e que há um exercício de redução sociológica que permite que o movimento se torne autêntico apesar das influências estrangeiras.

A experiência relatada por Camara, Goulart, Reinher (2010) é orgânica e independente do Estado ou da iniciativa privada. Não há menção à alocação de recursos diretos ou apoio de nenhuma das partes mencionadas. E isto pode abrir um questionamento quanto às consequências de experiências fenomenias ou isonômicas serem apoiadas ou inseridas em burocracias, nas quais a tônica operante é a da racionalidade instrumental. Neste sentido, Salgado (2010) aborda a noção de bem viver, ou Sumaq Kawsay, como é denominada no Equador e na Bolívia. O autor observa que o modo tradicional de vida dos povos originários, baseado na solidariedade e em uma conexão profunda entre homem e natureza, guarda estreita relação com as propostas fundantes do paradigma paraeconômico, além de ser um pilar de resistência das populações tradicionais ao longo dos anos, a despeito de condições de vida precárias. Ocorre que recentemente a noção de Sumap Kawsay passou a ser incluída nas constituições do Equador e da Bolívia, como discurso político orientador dos processos internos de desenvolvimento. O resultado é que, neste contexto, a participação cidadã tem sido restringida na mesma medida em que a liberdade de mercado, operando um processo autoritário distanciado da noção original e fundante tanto de Sumaq Kawsay, assim como do paradigma paraeconômico.

Já Tombi, Salm, Menegasso (2006) relatam experiência de aproximação entre Comunidades, Empresas e Estado de forma mais bem sucedida. Como estudo de caso, o artigo avalia a área de responsabilidade social da empresa denominada Gerdau como exemplo de construção coletiva de soluções para a educação básica pública nas cidades em que a empresa opera. Observam os autores que a construção das ações é realizada de forma dialógica e conta com a participação de voluntários tanto da empresa como da comunidade. O voluntariado, por sua vez, é um exercício de autoatualização nos moldes propostos por Guerreiro Ramos e facilita a ascensão da racionalidade substantiva. Já o papel do Estado de articulador e não de interventor, assim como o padrão horizontal de ações de responsabilidade social da empresa, retira o caráter instrumental típico das burocracias (estatais ou privadas) e mais uma vez abre espaço para a racionalidade substantiva, que é o embasamento próprio da TDSS. Desta forma, os autores observam que houve avanços na concepção do papel das empresas na sociedade, visto que elas mesmas passaram a serem vistas como parte da sociedade e, sendo assim, suas ações de responsabilidade social passaram também a serem vistas como atividades que integram o papel

social das empresas. Paralelamente, o papel do Estado está também sendo repensado, e passou a ser o de um articulador entre as necessidades das comunidades e empresas. Para os autores, ambos os novos status, fortalecem a democracia em uma relação de ganha-ganha na produção do bem comum e podem ser avaliados como sendo experiências do paradigma paraeconômico.

O artigo que traz a experiência que mais se aproxima do PROESDE, é o de Moretto Neto, Garrido, Justen (2011), por se tratar do processo de aprendizagem em Gestão Social via economia solidária na EAD da UFSC, com polos em diversos outros estados do Brasil. Os autores apontam que as universidades brasileiras acabaram se inserindo na lógica da unidimensionalização da sociedade, em função do desvirtuamento das funções do tripé de ensino, pesquisa e extensão enquanto a orientação passou a ser de privilegiar a dimensão econômico-financeira da sociedade, sobretudo na Extensão. Desta forma, compreendem que a Extensão é uma importante chave para mudança estrutural desse cenário, ao que propõem a substituição pela linha da comunicação universitária de Paulo Freire, permitindo a construção de soluções em parceria não autoritária e dialógica com as comunidades. Neste sentido, a experiência analisada é de parceria entre a Universidade Aberta (EAD) da UFSC e o programa Territórios de Cidadania, do governo federal. Após a análise empírica da experiência, onde os autores defendem a utilidade das tecnologias de comunicação como fator de aproximação de indivíduos e organizações, é apresentada uma proposta em consonância com o paradigma paraeconômico, qual seja de um ambiente pedagógico “paravirtual”. Tal ambiente utilizaria as estratégias de 1) autopoiese, em que ocorre a auto-aprendizagem a partir de estruturas individuais biológicas e da consideração do estudante como um ser político e social; 2) pedagogia da alternância, em que a aprendizagem ocorre pelo envolvimento com outros espaços além da educação formal; 3) pedagogia do encontro, ou seja, aprendizagem pelo relacionamento. É significativo que se encontrem possibilidades educativas no bojo da paraeconomia em ambientes virtuais, algo não previsto pelo propositor do paradigma, mas que acabou se configurando na melhor das possibilidades de educação, encontro e articulação durante o período ainda vigente da pandemia da COVID-19.

É interessante observar que todas as quatro experiências relatadas foram analisadas sob a ótica do paradigma paraeconômico, ou mais amplamente, pela TDSS, sendo que nenhum dos artigos apresenta experiências que tenham sido orientadas *ex ante* por tal teoria. Ou seja, o padrão de utilização das proposições de Guerreiro Ramos na academia tem sido, se se tomar por base os artigos analisados, o de uma teoria que lança luz metodológica de análise de experiências, e não como fio condutor das experiências que analisa.

A EXPERIÊNCIA DO PROESDE/DESENVOLVIMENTO FURB NO PERÍODO DE 2009 A 2019

O Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional é uma política pública do estado de Santa Catarina, criada no âmbito da descentralização administrativa levada a efeito formal pelo governo de Luiz Henrique da Silveira, no ano de 2005. O programa foi oficializado pelo Decreto

n. 3334/2005, tendo o objetivo declarado de contribuir para o desenvolvimento regional, além de consistir “num conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltadas para o desenvolvimento sócio-econômico das áreas de abrangência das Secretarias de Desenvolvimento Regional.” (SANTA CATARINA, 2005). Nota-se que, ao orientar o programa para o tripé universitário expressado pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a política pública já sinaliza: 1) um processo pedagógico e de construção de conhecimento imbricado no papel de promoção do desenvolvimento socioeconômico regionalmente localizado e, 2) uma abordagem interdisciplinar das questões regionais. Ambos são elementos presentes na concepção de ciência e de desenvolvimento defendidas por RAMOS (1996), RAMOS (1989) e RAMOS (2009).

Neste sentido, o programa é implementado em parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES) vinculadas à Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE). O financiamento e as diretrizes básicas, por sua vez, provém da Secretaria de Estado da Educação (SED) do Governo de Santa Catarina. O órgão estabelece o número de vagas para participação de estudantes de graduação das IES vinculadas ao programa, além de destinar recursos para as bolsas de estudo e de extensão, orientar o formato de execução do programa², definir a organização curricular e estipular as demandas de produtos a cada nova edição.

Na FURB, o programa inicia em 2009, e após algumas articulações internas, logo a coordenação passa a ser alocada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), compartilhada entre o Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional (NPDR) e o Núcleo de Políticas Públicas (NPP). Isto equivale a afirmar que, no âmbito da FURB, desde logo foi providenciada a vinculação do PROESDE/Desenvolvimento com um Programa de Pós-Graduação que possuía um acúmulo histórico de atuação em pesquisa e extensão no desenvolvimento regional sustentável – área de concentração do referido PPG.

Aqui vale salientar que, conforme Arretche (2001) argumenta, há nas políticas públicas um espaço de autonomia inerente, para que os implementadores sejam também tomadores de decisões. Isto porque: 1) ainda que haja um esforço de regulamentação das atividades por parte dos tomadores de decisão na fase da formulação de políticas públicas, estes não dominam a totalidade de informações e de alternativas possíveis, que somente serão descobertas durante a fase de implementação; 2) os implementadores pautam suas ações em referenciais próprios. E neste sentido, desde a primeira edição do PROESDE/Desenvolvimento na FURB, a coordenação local optou pela adoção da metodologia de educação tutorial para o curso de extensão.

A educação tutorial é um conceito, como outros, polissêmico. Contudo, as inspirações para a metodologia, no caso do PROESDE/Desenvolvimento FURB, vêm principalmente 1) das concepções freireanas de metodologias pedagógicas voltadas para a liberdade e para a construção da autonomia, onde se insere a

² O PROESDE, em nível estadual, teve formato de um Curso Sequencial, com carga horária de 630 horas até 2012. Já a partir de 2013, adotou-se o formato de Curso de Extensão, com carga horária reduzida para 200 horas.

formação da consciência crítica (FREIRE, 1967) e; 2) do Programa de Educação Tutorial (PET), política pública educacional de âmbito federal (BRASIL, 2005).

Embora não apareça uma definição clara nos documentos internos do programa, é possível extrair uma série de elementos que balizam a noção de educação tutorial com base nas duas experiências relatadas acima. De modo que os projetos inseridos no Sistema Integrado de Pesquisa e Extensão (SIPEX) da universidade informam com uma passagem simples, entre parênteses e após o termo, que a educação tutorial está referida ao tripé universitário do ensino, pesquisa e extensão. O último projeto do PROESDE/Desenvolvimento FURB inserido Sistema Integrado de Pesquisa e Extensão (SIPEX) da universidade, no período de análise proposto pelo estudo, faz uma pequena menção ao PET federal, e dá conta de que o processo de educação tutorial do PROESDE/Desenvolvimento FURB congrega

[...] um curso para graduandos, espaços de curricularização da graduação na extensão, espaços de formação docente tutorial para mestrandos e doutorandos do PPGDR e seus respectivos grupos de pesquisa oportunizando a construção de propostas de investigação e/ou mudança social junto a estruturas da sociedade que serão estudadas, visitadas e conhecidas pelos participantes.

Além da educação tutorial, a FURB opta pela adoção da estratégia da Agenda Global de Desenvolvimento, inicialmente sob a orientação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM, até 2014) e posteriormente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, a partir de 2016)³ (PNUD, 2018), como eixo temático transversal do curso de extensão em questão. A adoção da estratégia no PROESDE/Desenvolvimento FURB se integra à proposta de educação tutorial, e corresponde a admitir que os ODM e ODS, cada qual a seu tempo, orientam os processos de conhecimento das realidades regionais, além de instigar os participantes do programa a elaborarem Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) no formato de projetos de intervenção que visem o avanço dos indicadores propostos na agenda global. Trata-se, portanto, de um esforço de comprometimento da política pública PROESDE/Desenvolvimento FURB com a estratégia mundial de desenvolvimento sustentável, no sentido de construir possibilidades objetivas, no âmbito do que conceitua Ramos (2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo procurou realizar uma síntese da TDSS relacionada com a biografia de seu propositor e o contexto histórico-social brasileiro e mundial da época em que as ideias foram produzidas. Adicionalmente, analisou-se

³ A Agenda Global de Desenvolvimento, em linhas gerais, é o comprometimento dos países vinculados à Organização das Nações Unidas (ONU) em torno de objetivos e metas consensuados para os avanços do desenvolvimento sustentável até 2030. Os ODMs foram instituídos no ano de 2000 e eram compostos por oito objetivos e 22 metas, além de um conjunto de indicadores para mensurar os avanços até 2015. Os ODSs, por sua vez, resultaram de uma reavaliação e um novo consenso mundial em torno, agora de 17 objetivos e 169 metas, além, também, de um conjunto de indicadores que mensuram os avanços das metas até 2030 (PNUD, 2018).

publicações derivadas da TDSS e a experiência do PROESDE/Desenvolvimento FURB a partir de tal teoria.

Assim, observou-se que a TDSS fornece um suporte teórico-epistemológico consistente para a estratégia do desenvolvimento sustentável, sobretudo no que tange à formação de um consenso mundial para empregar esforços de abordagem multidimensional do desenvolvimento, problematizando a lógica economicista que, historicamente tratou quase como sinônimos os termos progresso, crescimento econômico e desenvolvimento. Guerreiro Ramos, portanto, fornece um embasamento que analisa, de um lado, as origens da crise civilizatória atual e, de outro faz proposições para a operacionalização de novas experiências.

No que tange às nove publicações acadêmico-científicas levantadas em bases de dados inseridas no Portal CAPES e que abordaram a TDSS, apenas quatro delas relataram experiências em que a TDSS foi utilizada como lente analítica, sendo que as demais são publicações de cunho teórico, significativamente de resgate da referida teoria.

No caso do PROESDE/Desenvolvimento FURB, embora a inspiração nas teorias de Guerreiro Ramos não esteja declarada formalmente nos documentos relativos ao programa, a observação participante no âmbito da pesquisa-ação realizada, possibilitou avaliar que o processo pedagógico do PROESDE/Desenvolvimento FURB é permeado por suas premissas, uma vez que elas inspiram trabalhos de integrantes do NPP e do NPDR. Salienta-se três realizações que guardam significativa relação com a TDSS e com o modelo de possibilidades objetivas de Guerreiro Ramos, no âmbito do PROESDE/Desenvolvimento FURB: 1) a metodologia de educação tutorial utilizada no programa; 2) a noção de multi e interdisciplinaridade expressada pela seleção de alunos de diversas graduações de origem que, no programa, interagem com estudantes da pós-graduação e; 3) a adoção da estratégia de desenvolvimento sustentável (ODMs e ODSs) como eixo temático transversal, funcionando como uma ferramenta de relacionamento entre participantes do programa e as realidades socioambiental e econômica regionais.

AGRADECIMENTO

Artigo resultante de bolsa de pós-graduação financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ariston. **A Sociologia Antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos**. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2006a. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/88639/238672.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 22 Jan. 2020.

AZEVEDO, Ariston; ALBERNAZ, Renata Ovenhausen. A paraeconomia como modelo e paradigma para a análise e a formulação de políticas públicas: o

resgate de uma possibilidade. *In: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, vol. 2 n. 1 (2), janeiro-junho/2004, p. 20-32.

BRASIL. **Lei nº 11.180**, de 23 de setembro de 2005. Disponível em http://portal.mec.gov.br/pet/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=332&Itemid=. Acesso em 5 mar.2021.

CAMARA, Guilherme Dornelas; GOULART, Sueli; REINHER, Rafaela Mendes. *Appropriation and rationality in hip hop groups organization practices in Porto Alegre: an analysis on the perspective of Guerreiro Ramos*. *In: Cadernos EBAPE*. BR, v. 8, p. 209-225, 2010.

FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. A natureza da problemática socioambiental. *In: SILVA, Sandro Dutra e et al. (Orgs.). Ensaios em ciências ambientais: crises, riscos e racionalidades*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

FILGUEIRAS, Fernando de Barros. Guerreiro Ramos, a redução sociológica e o imaginário pós-colonial. *In: Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 65, p. 347-363, mai/ago, 2012.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Decifrando a noção de paraeconomia em Guerreiro Ramos: a atualidade de sua proposição. *In: Organizações & Sociedade*, v. 17, p. 175-197, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FURTADO, Celso. A nova visão do desenvolvimento: influência de alguns autores. *In: Pequena introdução ao desenvolvimento – enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Edusp, p. 29 - 40, 1980.

MARTINS, Paulo Emílio Matos. Alberto Guerreiro Ramos: um guerreiro exilado. *In: MARTINS, Paulo Emílio Matos; MUNTEAL, Oswaldo. O Brasil em Evidência: a utopia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; FGV, 2012, p. 435-439.

MATOS, Fábio Marcelo. **A territorialização do envelhecimento sustentável: da política do envelhecimento ativo ao envelhecimento bem-sucedido**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional), Blumenau, 2018. Disponível em: http://www.bc.furb.br/docs/TE/2018/365480_1_1.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

MORETTO NETO, Luís; GARRIDO, Paulo Otolini; JUSTEN, Carlos Eduardo. Desenvolvendo o aprendizado em gestão social: proposta pedagógica de fomento às incubadoras sociais. *In: Cadernos EBAPE*. br, v. 9, p. 828-845, 2011.

PARADA, Adalto Aires; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. O estudo de organizações culturais: considerando outras possibilidades. *In: Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 10, n. 2, p. 93-109, 2016.

PNUD Brasil – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em

<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>. Acessado em 15/11/2018.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1989.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RAMOS, A. G. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo de possibilidade. In: HEIDEMANN, Francisco Gabriel; SALM, José Francisco. (Org.) **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília-DF: Editora UnB, 2009. P. 41-91.

REDCLIFT, Michael R.; GUERRA, Lemuel. Pós-sustentabilidade e os novos discursos de sustentabilidade. In: **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 21, n. 1, p. 124-136, 2002.

RINGER, Fritz K. **A Metodologia de Max Weber: Unificação das Ciências Culturais e Sociais** São Paulo: Edusp, 2004.

SALGADO, Francisco. *Sumaq Kawsay: the birth of a notion?*. In: **Cadernos EBAPE**, v. 8, n. 2, p. 198-208, 2010.

SALGADO, Francisco; ABAD, Andrés. *Utopía como imaginación organizacional en el pensamiento crítico de Guerreiro-Ramos*. In: **Cadernos EBAPE**. BR, v. 13, p. 220-236, 2015.

SANTA CATARINA. **Decreto n. 3.334**, de 25 de julho de 2005. Disponível em: <http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2009/002672-005-0-2009-003.htm>. Acesso em: 20.06.2021.

SOUZA, Mariana Mayumi Pereira de; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Identidades, práticas discursivas e os estudos organizacionais: uma proposta teórico-metodológica. In: **Cadernos Ebape**. BR, v. 10, n. 1, p. 40-64, 2012.

TENÓRIO, Fernando G. O drama de ser dois: um sociólogo engravatado. In: MARTINS, Paulo Emílio Matos; MUNTEAL, Oswaldo. **O Brasil em Evidência: a utopia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; FGV, 2012, p. 440-471.

TOMBI, Wagner Cordenonsi; SALM, José Francisco; MENEGASSO, Maria Ester. Responsabilidade social, voluntariado e comunidade: estratégias convergentes para um ambiente de co-produção do bem público. In: **Organizações & Sociedade**, v. 13, n. 37, p. 125-141, 2006.

VENTRISS, Curtis; CANDLER, Gaylord George; SALM, José Francisco. *Alberto Guerreiro Ramos: the "in-between" as intellectual bridge builder?*. In: **Organizações & Sociedade**, v. 17, p. 103-114, 2010.

VIEIRA, Paulo Henrique Freire. Meio Ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA, E. J. et al. **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.